

# Visões da democracia: o debate entre tradições e o caminho para um novo modelo

Regina Laisner<sup>1</sup>

## Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar e discutir as tradições teóricas que fundamentam a democracia em busca de um novo modelo. A primeira tradição, conhecida como Teoria da Modernização procura enfatizar os fatores socioeconômicos na explicação do que determina os rumos desse sistema político. A segunda, predominante na Ciência Política contemporânea, se remete ao Neoinstitucionalismo, que tem focado as transformações institucionais e, de certo modo, ignorado outras mudanças que se dão fora delas para explicar a democracia. Ao lado destas duas tradições de maior peso coloca-se uma terceira tradição que procura explicar o desempenho da democracia, conhecida como culturalista, inaugurada por Almond e Verba, nos anos 1960, e revalorizada por vários autores nesta década. Comparando as várias perspectivas em questão, a autora procura apontar as limitações destas teorias, apresentando um modelo que leva em conta os diferentes fatores que afetam os processos de democratização, integrando as três teorias na explicação do desempenho da democracia.

**Palavras-chave:** Democracia, Teoria da Modernização, Neoinstitucionalismo e Cultura Política.

## Introdução

Os ideais da democracia são tão antigos quanto a preocupação com o que pode sustentá-los. Desde a constituição destes ideais, perdura a indagação sobre o que os tornariam factíveis e duradouros. Mas o que melhor explica o desempenho da democracia? O que torna possível a sua sustentação? Essa pergunta, ora colocada de forma clara e explícita, ora de forma menos evidente, tem constituído o núcleo da temática estudada desde os autores clássicos da teoria democrática até os mais recentes e tem estado no centro do debate, tanto acadêmico quanto político.

No debate contemporâneo, duas tradições de maior influência desenvolveram-se dentro da Ciência Política como tentativas de resposta a esta questão. A primeira, conhecida como a Teoria da Modernização, tem origem nas teorias desenvolvidas na época após a Segunda Guerra Mundial, que procuraram focar os fatores socioeconômicos na explicação dos elementos que determinam os rumos da democracia. A segunda, conhecida como Institucionalismo ou Neoinstitucionalismo, começa a se desenvolver a partir da década de 1970. Essa tradição busca estudar o desempenho da democracia voltando-se aos arranjos institucionais, anunciando a autonomia desses arranjos em relação às características socioeconômicas da sociedade, numa tentativa de contraponto às teorias anteriores.

Ao lado destas duas tradições de maior peso, desenvolveu-se uma terceira, minoritária

<sup>1</sup> Doutora em Ciência Política (USP, 2005). Professora Assistente Doutora na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Campus Franca. E-mail: laisner@franca.unesp.br

dentro da Ciência Política, mas que se constitui como fundamental na explicação dos fatores que se associam à explicação da manutenção da democracia. Esta tradição, conhecida como culturalista por conta de seus estudos voltados à cultura política, se desenvolveu na década de 1960, na esteira das explicações da Teoria da Modernização que atentaram para as variáveis socioeconômicas que afetavam o desenvolvimento da democracia. Os estudos de cultura política voltaram-se para análises da presença e difusão de valores democráticos na sociedade como fundamentos sociais e civis da democracia. O modelo culturalista tinha como objetivo estabelecer as inter-relações entre cultura e estrutura política, tomando a primeira como base de sustentação da segunda.

Até aqui, de certo modo, o debate sobre os fatores que afetam a sustentação da democracia tem se dado à luz do confronto entre essas teorias. Há um predomínio das teorias de caráter institucional, nas quais há uma ênfase no desenho institucional e nas “regras do jogo”. Mesmo assim, teorias que se voltam para a análise das pré-condições sociais da democracia, assim como concepções que privilegiam valores e crenças compartilhadas pela sociedade, têm se apresentado como concepções alternativas a esta perspectiva e têm sido revitalizadas recentemente.<sup>2</sup> Mas o fato é que cada uma destas vertentes, ao destacar aquilo que considera as variáveis centrais na explicação do desempenho da democracia, acaba por enaltecê-las, deixando muitas vezes de lado outras variáveis que poderiam compor um modelo mais balanceado. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar cada uma dessas vertentes a partir de seus principais representantes de modo a apresentar uma breve revisão dessas três grandes tradições, assim como uma discussão entre elas, para, no

final, propor um modelo que integre as três teorias na explicação do que proporciona a sustentabilidade da democracia, levando em conta os diferentes fatores que afetam este processo. Busca-se, dessa forma, contribuir para a ampliação deste debate.

## **A Modernização e as possibilidades da democracia**

Terminada a Segunda Grande Guerra, novos processos surgem no mundo. Entre eles, o desenvolvimento econômico da periferia aparece, senão como central, pelo menos como essencial nas novas configurações que se desenham. Tal desenvolvimento ocorre não só, mas principalmente na América Latina, que vive um surto de industrialização depois de permanecer, durante muito tempo, marcada por sua herança colonial de exportadora de produtos primários. Para além destes impulsos de desenvolvimento econômico na América Latina, alguns países da Ásia e África põem em marcha processos de independência de várias de suas colônias, encerrando promessas de desenvolvimento.

Na medida em que avança este processo de “desenvolvimentismo” no mundo periférico, começam a se encaminhar, paralelamente, nesta região, iniciativas rumo à democratização, num processo que Huntington chamaria de “segunda onda” de democratização no mundo – tendo a primeira ocorrido entre o final do século XIX e o início do século XX – remetendo às primeiras experiências de regimes democráticos nos países desenvolvidos. Neste cenário, emerge uma reflexão sobre os efeitos do desenvolvimento econômico sobre a democracia, em que toma corpo uma questão que passa a nortear o debate sobre

<sup>2</sup> As pesquisas sobre participação política vêm revisitando o tema das pré-condições sociais da democracia, experimentando teorizar movimentos sociais, como, por exemplo, o faz Ron Eyerma e Donald della Porta, ou investigando empiricamente movimentos sociais e outras formas de participação, como se vê intensamente nas Ciências Sociais brasileiras (v. Reis, 1999). No que diz respeito à revalorização dos estudos de cultura política, o estudo realizado por Putnam (1996) sobre as diferenças no desempenho das instituições políticas locais na Itália é um exemplo. Também os trabalhos de Inglehart (por exemplo, 1990 e 1997) estão associados à questão da cultura e dos valores políticos.

suas possibilidades de prosperidade: o desenvolvimento econômico favorece ou não a democracia?

A teoria predominante que emerge neste contexto, na tentativa de levar adiante esta reflexão, é a chamada Teoria da Modernização inspirada em Parsons, ou seja, na sua idéia de que a constituição da sociedade moderna implica uma mudança em vários níveis da sociedade. A modernização é vista, nesta vertente de pensamento, como o processo pelo qual as sociedades passam do tradicional ao moderno. O moderno estaria marcado pela urbanização, educação, comunicação de massa, burocratização, secularização, etc., e culminaria na democratização da sociedade. Neste sentido, esta teoria via o processo de desenvolvimento como um processo universal pelo qual todos os países iriam passar e que os acabaria levando todos à democratização.

São vários os autores que comungam esta abordagem, com perspectivas diferenciadas. No entanto, Seymour M. Lipset é apontado como um dos principais autores na aplicação da teoria da modernização e um de seus inauguradores. Sua contribuição original sobre esse tema encontra-se no artigo “Some Political Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy”, publicado em 1959, e republicado como parte do livro *The Political Man*, traduzido no Brasil em 1967.

O argumento central de Lipset, nesta obra, associa variáveis socioeconômicas aos arranjos políticos, afirmando uma relação direta entre o grau de modernização da sociedade e a democracia. Para o autor,

Talvez a generalização mais comum, associando os sistemas políticos a outros aspectos da sociedade, seja a de que a democracia está relacionada com a situação de desenvolvimento econômico. Quanto mais próspera for uma nação, tanto maiores são as probabilidade

des de que ela sustenha a democracia.” (Lipset, 1967, p. 49)

Para Lipset, portanto, a “prosperidade” ou modernização, advinda do desenvolvimento econômico, daria às nações maiores chances de se tornarem democráticas. E ele comprova empiricamente esta tese mostrando que há uma correlação entre os índices de modernização com os quais trabalha, a saber, riqueza, industrialização, urbanização e educação, e os regimes políticos classificados por ele como mais ou menos democráticos.<sup>3</sup>

Para esse autor, a estabilidade da democracia em alguns países decorreria de uma série de transformações advindas do processo de modernização e condizentes com a democracia. De acordo com ele, o aumento da riqueza gera uma melhor distribuição de renda, ampliando as classes médias e diminuindo a distância entre estas e as classes mais pobres. Também o processo de urbanização aproxima os mais pobres de melhores condições de vida, além de aumentar suas perspectivas de acesso a estas condições. Estes processos influenciam a receptividade das normas democráticas, pois tornam menos acirrada a disputa pelo poder entre os grupos dominantes, pois a riqueza é mais vasta, além de gerar uma alteração dos valores e estilos políticos destes grupos, que passam a tratar com mais consideração os estratos inferiores e seus direitos de participação no poder. Além disso, produzem uma moderação da política, uma vez que as classes médias geralmente são menos extremistas, e a incorporação de um número cada vez maior dos estratos inferiores a estas classes minimiza a possibilidade de conflitos mais violentos, além do fato de, mais abastadas, as classes inferiores passariam a, cada vez mais, acreditar no reformismo, com mudanças sucessivas e graduais, ao invés de propor mudanças mais abruptas. Da mesma maneira, associada à riqueza nacional,

<sup>3</sup> Nesta análise empírica, Lipset trabalha com países europeus, do mundo anglo-saxão e da América Latina. Para os países europeus e de língua inglesa, ele utiliza a classificação democracias estáveis e democracias instáveis ou ditaduras. Para os países latino-americanos, utiliza a classificação democracias e ditaduras instáveis e ditaduras estáveis, sob o argumento de que nesta região o critério de classificação deve ser menos rigoroso, uma vez que ela não tem uma história mais sólida de experiências democráticas.

está o formato do serviço público prestado no país, ou seja, quanto maior a riqueza, maior a possibilidade de desenvolver uma burocracia mais eficiente, sem nepotismos, e maior é também a possibilidade de criação e desenvolvimento autônomo de organizações voluntárias da sociedade civil. Junto com o aumento da riqueza nacional – na realidade, em decorrência dele – há um maior acesso à educação, que aumenta a tolerância à oposição e às minorias étnicas ou raciais, assim como torna mais comum a preferência pelos sistemas multipartidários, em oposição aos unipartidários. Em suma, para Lipset, todas estas transformações que ocorrem na estrutura social, por conta do avanço da modernização, aumentam a probabilidade de manutenção da democracia.

Outro autor que se destaca entre os representantes da Teoria da Modernização é Samuel P. Huntington. Sua contribuição neste aspecto encontra-se reunida, principalmente, no seu livro *Political Order in Changing Societies*, publicado em 1968 e traduzido para o Brasil em 1975.

Huntington faz uma revisão da teoria da modernização proposta por Lipset, buscando reelaborar a relação entre desenvolvimento e democracia traçada por este autor. O primeiro ponto a destacar na análise de Huntington é que, muito mais do que discutir a questão das possibilidades da construção da democracia, o objetivo de Huntington, neste trabalho, é discutir os meios de promover a ordem pública, como anuncia já no início do prefácio do seu trabalho:

Este livro se origina de um interesse paralelo de minha parte pela estabilidade política. O esforço em que aqui me empenho é sondar as condições dentro das quais as sociedades submetidas a rápidas e perturbadoras transformações sociais e econômicas podem de algum modo realizar este objetivo (Huntington, 1975, p.7).

É à luz desse objetivo que Huntington analisa os acontecimentos no final da década de 1960, que mostraram que a modernização na periferia, diferente do que esperava Lipset, parecia

estar mais associada à emergência de regimes autoritários do que de regimes democráticos. A explicação deste insucesso da democracia é a tese fundamental do seu livro, segundo a qual, todos os processos de instabilidade que ocorreram nos países de Terceiro Mundo, principalmente, nos países em processo de modernização da Ásia, África e América Latina, foram “em grande parte produto de rápida mudança social e rápida mobilização de novos grupos para a política em conjunção com o lento desenvolvimento das instituições políticas.” (Huntington, 1975, p. 16) Diferente de Lipset, o autor considera que “o desenvolvimento econômico e a estabilidade política são dois objetivos independentes e o progresso em direção a um deles não tem necessariamente ligação com o progresso do outro” (Huntington, 1975, p. 18). Isto significa que, para ele, o desenvolvimento econômico não leva necessariamente à estabilidade, pelo contrário, como afirma mais adiante: “em alguns casos, os programas de desenvolvimento econômico podem promover a estabilidade política; em outros casos, podem solapar gravemente esta estabilidade” (Huntington 1975, p. 18). É isso o que ocorre no processo de modernização.

Por ser uma associação de fatores como a urbanização, industrialização, secularização, democratização, educação e participação nos meios de comunicação, a modernização provoca, conforme ele, uma série de mudanças, diminuindo o hiato social e econômico que separa os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Isso, em princípio, alteraria valores, atitudes e expectativas do homem tradicional em direção ao moderno, expandindo e difundindo o conhecimento por meio da educação e crescente desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. Ademais, com o aumento do processo de urbanização, mudariam os padrões de vida, provocando melhoria das condições de vida e crescimento da mobilidade social, além de uma série de alterações concernentes à economia, tais como a diversificação de atividades, especializa-

ção ocupacional, expansão da atividade econômica, desenvolvimento do trabalho industrial, etc. (Huntington, 1975, p. 45-46) No entanto, como assinala, ainda persiste, entre estes países, um hiato político, pois o impacto da modernização na política é variado e nem sempre traz consigo a transformação de um sistema político tradicional para um moderno:

Na prática, a modernização sempre envolve mudança e, usualmente, a desintegração de um sistema político tradicional, mas não envolve necessariamente um movimento significativo em direção a um sistema político moderno. Mas existe a tendência a pressupor que o que é válido para os processos sociais de modernização mais amplos é válido também para as mudanças políticas. A modernização social, até certo grau, é um fato na Ásia, África e América Latina: a urbanização é rápida, o analfabetismo aos poucos vai sendo erradicado; a industrialização está sendo estimulada; o produto nacional bruto *per capita* está se elevando; expandem-se os veículos de comunicação de massa. São fatos inegáveis. Em contraste, o progresso em direção a muitos dos outros objetivos que os escritores costumam identificar como a modernização política – democracia, estabilidade, diferenciação estrutural, padrões de desempenho, integração nacional – é frequentemente, na melhor das hipóteses, incerto (Huntington, 1975, p. 47-48).

A modernização, ao gerar um processo de desenvolvimento social e econômico, faz crescer as expectativas e aspirações das massas, que procuram cada vez mais melhorar seu padrão de vida e integrar-se na arena política. Este processo, na maioria dos países da periferia, redundou em instabilidade, uma vez que o sistema político não acompanhou estas mudanças, pois não havia instituições políticas fortes que pudessem absorver estas demandas. É nesta direção que Huntington explica a emergência das experiências autoritárias nos países em modernização, que buscaram controlar esta instabilidade e dar continuidade ao processo de modernização ao custo de eliminar a democracia.

Este processo é enunciado por Hunting-

ton como um processo geral, uma vez que, para ele, “a modernização gera a instabilidade” (Huntington, 1975, p. 54). De acordo com ele, é inegável que, em países onde já há um grau elevado de desenvolvimento econômico, haja estabilidade política, mas a questão é que o processo pelo qual se tem que passar para se chegar a este patamar é, por si só, desestabilizador. Para se manter a estabilidade e dar continuidade ao processo de modernização, é preciso construir sistemas políticos fortes com instituições políticas fortes, com burocracias eficientes e partidos políticos bem organizados, que possam coordenar a participação popular nos assuntos públicos, com procedimentos razoavelmente eficazes para regular a sucessão e controlar o conflito político. Neste modelo, pouco espaço há para a democracia, que, desestabilizada pelo processo de modernização, se encaminha à via autoritária.

Um terceiro autor, e último nesta revisão da literatura sobre os teóricos da modernização, é Barrington Moore Jr., um cientista político marxista americano, cujo livro dedicado a essa linha de discussão chama-se *Social origins of dictatorship and democracy: Lord and peasant in the making of the modern world*, escrito em 1966 e traduzido para o português em 1975.

Para Moore, a modernização não leva a um único destino – há três diferentes possibilidades de futuro para os países em modernização:

En el conjunto de casos aquí examinados, se pueden distinguir tres grandes vías en el tránsito del mundo preindustrial al moderno. La primera de ellas pasa por lo que há parecido apropiado denominar revoluciones burguesas. [...] pienso que es una designación necesaria para ciertos cambios violentos que tuvieron lugar en las sociedades inglesa, francesa y norteamericana en el curso de su evolución hacia democracias industriales modernas, y que los historiadores asocian con la Revolución Puritana (también llamada con frecuencia Guerra Civil Inglesa), la Revolución Francesa y la Guerra Civil Americana. [...] La segunda vía también fue capitalista, pero culminó durante el siglo XX en el fascismo. Alemania y el Japón

4 As citações aqui apresentadas são retiradas da tradução para o espanhol, *Los orígenes sociales de la dictadura y de la democracia – El señor y el campesino en la formación del mundo moderno*. Barcelona: Ediciones Península, 1973.

son los dos casos más obvios. [...] La calificaré de forma capitalista y reaccionaria. Representa un tipo de revolución desde arriba. [...] La tercera vía es, por supuesto, el comunismo, ejemplificado en Rusia y en China (Moore Jr., 1973, p. 8-9).

Desse modo, o autor, ao invés de supor a democracia como caminho último para a modernização, tal como supunha Lipset, afirma que existem dois outros caminhos: o fascismo e o comunismo.<sup>5</sup> Para ele, o que define a emergência “de las versiones parlamentarias occidentales de la democracia y de las dictaduras de derecha y de izquierda, es decir, de los regímenes fascistas e comunistas” (Moore Jr., 1973, p. 5) são os fatores históricos que ocorreram no processo de transformação das sociedades agrárias em sociedades industriais modernas e os arranjos políticos nelas construídos.

A democracia, em particular, tornou-se possível em países onde houve a queda do poder dos setores agrários por meio das revoluções burguesas e a ascensão dos burgueses ao poder, que deram ímpeto a uma combinação de capitalismo e democracia ocidental. Ainda que a burguesia tenha tido papel central neste processo, não se pode deixar de considerar os aliados que encontrou e os inimigos que enfrentou, que variam de país para país, entre os quais tiveram papel determinante as classes altas rurais e o campesinato. Nos países onde o impulso da burguesia foi mais débil, os obstáculos à democracia não foram removidos e estabeleceram-se formas políticas repressivas, encaminhadas por alianças conservadoras, que permitiram a permanência dos setores agrários no poder. Houve mudanças econômicas e políticas nestes países, mas sob os auspícios de um regime semiparlamentar que desembocou, após um breve e instável período de democracia, no fascismo. Nos países onde se instalou o comunismo, a aristocracia agrária inibiu, com mais força ainda que

no caso anterior, processos de desenvolvimento comercial e industrial e de instalação de novas formas de poder, entrevando os impulsos da burguesia e impondo ao campesinato a continuidade de formas de submissão. Isso impulsionou processos revolucionários que deram origem ao comunismo.

Além destes fatores históricos apontados, por Moore, como determinantes para o sucesso ou o fracasso da democracia, este autor aponta ainda para mais um fator, também de caráter histórico, mas relacionado agora ao momento histórico em que os países iniciaram seu processo de modernização. Os regimes políticos de cada país dependeriam do momento em que isso se deu. Os países já democráticos efetivamente obtiveram o sucesso deste regime, porque viveriam um momento ímpar. Neste sentido, as chances dos países retardatários de chegar à democracia são remotas.

Embora com características diferentes, estes três autores, de maneira geral, relacionam as possibilidades de instauração e manutenção da democracia ao processo de modernização, voltando-se, primordialmente, a variáveis de cunho histórico ou socioeconômico para explicar este processo. Ao fazê-lo, os autores não chegam a tratar das instituições políticas que dão base ao regime democrático. No seu modelo, é como se elas inexistissem, ou pelo menos como se não importassem. “Processos propriamente políticos, neste tipo de explicação, não afetariam as chances da democracia: a política não possui autonomia: o que se passa nesta esfera seria o reflexo do amplo processo de transformação da estrutura social” (Limongi, 1997, p. 14).

Entretanto, ao encaminharem este tipo de análise, estes teóricos da modernização abrem espaço para se pensar em variáveis de caráter cultural como importantes na definição da sustentação da democracia. Isso se comprova no próprio trabalho dos autores em questão, que,

5 Para além destes três modelos, Moore se refere ainda a um quarto, que seria o que ele descreve como o existente na Índia, caracterizado por um impulso débil de modernização (Moore Jr., 1973, p. 9), utilizado como refutação para o caso das generalizações dos esquemas teóricos referentes ao processo de modernização (Moore Jr., 1973, p. 10).

com exceção de Moore, chegam a se remeter diretamente à questão da cultura política. Apesar de conseguir comprovar a correlação entre desenvolvimento e democracia, Lipset não traça uma relação de causa e efeito entre estes fenômenos, como o fizeram alguns teóricos influenciados por seu trabalho (Limongi, 1997, p. 14). Sua intenção foi apenas destacar que o desenvolvimento favorece a manutenção da democracia, o que não implica afirmar que toda nação desenvolvida seja necessariamente democrática. Outros fatores podem interferir, em cada nação em particular, nas suas especificidades, de modo a impedir que a democracia consiga se manter. O próprio autor dá o exemplo da Alemanha, uma nação onde o grau de desenvolvimento favorecia o estabelecimento de um sistema democrático, mas “onde uma série de acontecimentos históricos adversos impediu que a democracia garantisse a sua legitimidade e, portanto, enfraqueceu a sua capacidade para enfrentar uma crise” (Lipset, 1967, p. 46). Tendo em vista estas considerações, seria um erro considerar, numa leitura apressada, que o autor limita a sorte da democracia ao desenvolvimento econômico. Embora possamos afirmar que, sem dúvida, as variáveis deste tipo sejam centrais no seu modelo, não podemos limitá-lo a isso. E neste ponto, ao desenvolver suas teses a respeito das possibilidades da construção democrática, Lipset considera de fundamental importância o desenvolvimento de valores que sejam condizentes com a democracia – que, na sua perspectiva, são frutos do processo de modernização que traria consigo valores de um mundo urbano e desenvolvido – e capazes de sustentá-la. Tal formulação se encontra de forma explícita na seguinte passagem:

A estabilidade de qualquer democracia depende não só do desenvolvimento econômico, mas também da eficácia e legitimidade do seu sistema político. A eficácia significa o desempenho real, na medida em que o sistema satisfaz às funções básicas do Governo, tal como a grande maioria da população e poderosos

grupos nela abrangidos (sejam as grandes empresas comerciais ou as forças armadas) as encaram. A legitimidade envolve a capacidade do sistema de engendrar e manter a crença de que as instituições políticas vigentes são as mais apropriadas para a sociedade. (Lipset, 1967, p. 78)

Nesta passagem fica evidente que Lipset, longe de ignorar outras variáveis que compõem o cenário que contribui para a democracia, considera a cultura política como uma das variáveis a ser considerada. Numa referência ao trabalho de Almond, escrito já em 1956<sup>6</sup>, reitera que os valores, atitudes, comportamentos e convicções, tanto das elites quanto dos públicos em massa, perfazem aspectos importantes na análise das possibilidades de construção e manutenção da democracia.

Também em Huntington as variáveis relacionadas à cultura política são consideradas. Da mesma forma que Lipset, também esse autor considera que o processo de modernização traz consigo uma série de alterações na cultura política, a começar pelo despertar das massas para a política. Nesse caso específico, ao falar da necessidade da construção de um sistema político forte para incorporar essas massas à política, afirma que é preciso construir aquilo que o autor chama de “institucionalização da confiança”, numa referência à cultura política que deve ser construída com base na confiabilidade dos cidadãos em geral em relação às suas instituições.

Desse modo, cumpre destacar que, embora as variáveis relacionadas à questão da cultura política não assumam posição central no modelo desses autores, ela é considerada uma variável importante, uma vez que é reconhecida por eles como capaz de dar estabilidade ao sistema político. Como afirma Huntington, “a ausência de confiança na cultura da sociedade acarreta obstáculos formidáveis à criação de instituições públicas” (Huntington, 1975, p. 40).

6 V. ALMOND, Gabriel. “Comparative Political Systems”. *Journal of Politics*, 18, 1956, p. 391-409.

## A cultura política como explicação

O trabalho de Alexis de Tocqueville, *A democracia na América*, publicado entre 1835 e 1840, é considerado o trabalho inaugural no que diz respeito à perspectiva da cultura política. Tocqueville pesquisou a vida sociopolítica nos Estados Unidos, a fim de obter um conhecimento amplo do fenômeno democrático, de tal forma que pudesse chegar a construir um conceito definidor de democracia. Nesta obra há um deslocamento radical do discurso teórico democrático liberal, pelo qual o autor claramente se distancia da tradição clássica do liberalismo: um movimento que se distancia do Estado e que procura encontrar as raízes sociais da democracia a partir da sociedade civil, explorando, pela primeira vez de modo sistemático, a relação entre os aspectos substantivos e formais da democracia. Em sua busca pelas raízes sociais da democracia, Tocqueville conclui que a liberdade política, a tolerância e o pluralismo dificilmente podem germinar em um terreno com marcas aristocráticas e hierarquizantes (Tocqueville, 1987). Essa conclusão está presente em toda a obra de Tocqueville e o leva a decifrar a importância dos valores e dos costumes sobre as instituições políticas e sobre a própria democracia.

Embora o trabalho de Tocqueville tenha sido pioneiro nessa discussão, foi no final da década de 1950 que estudos nesta direção se consolidaram no meio acadêmico, a partir de pesquisas realizadas por Almond e Verba junto a um grupo da Universidade de Chicago. O clássico *The Civic Culture* destes dois autores, editado pela primeira vez em 1963, tornou-se a referência contemporânea obrigatória nos estudos sobre cultura política. Esta expressão, criada pelos autores mencionados, foi tecida a partir de uma combinação das perspectivas sociológica, antropológica e psicológica<sup>7</sup> no estudo dos fenômenos políticos, com a intenção de incorpo-

rar os aspectos subjetivos das orientações políticas dos atores sociais, estabelecendo as inter-relações entre cultura e estrutura política.

Até então a cultura política era tida como uma variável sempre deduzida das condições sociais que a determinavam, tal como supunha a Teoria da Modernização, ou senão como resultado das instituições políticas tradicionais da democracia, tal como vem supor também mais tarde a teoria institucional. A proposta desses autores é analisar a cultura política por si só e trazê-la para o centro do debate:

Rather than inferring the properties of democratic culture from political institutions or social conditions, we have attempted to specify its content by examining attitudes in a number of operating democratic systems. (Almond; Verba, 1963, p. 10)

Isto não quer dizer que os autores pretendam utilizar a questão da cultura política como única variável na explicação do desempenho da democracia. O que pretendem é incorporar esta variável como parte do sistema político, como expressão deste sistema numa determinada sociedade, por meio das percepções, sentimentos e avaliações dele por parte de sua população (Almond; Verba, 1963, p. 13), sem incorrer no erro cometido pela Teoria da Modernização, tal como afirmam:

Both Lipset and Coleman find a strong correlation between indices of modernization and democratization. The main problem presented by these studies is that the cultural and psychological consequences of “modern” technologies and processes are left to inference. We know that democracies, in comparison to other political systems, tend to have more literate and educated people, that their per capita income and wealth are higher, and that they enjoy in greater proportions the amenities of modern civilization. But this type of analysis not only omits the psychological basis of democratization, it also cannot explain the significant deviant cases. (Almond; Verba, 1963, p. 9)

7 Sobre os trabalhos que inspiraram a elaboração do conceito de cultura política utilizado pelos autores, veja KUSCHNIR, Karina e PIQUET, Leandro. “As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política”. *Estudos Históricos*, no 24, 1999.



Os autores de *The Civic Culture* partem da afirmação de que é imprescindível refletir sobre o futuro da democracia no contexto em que se inserem. Tal reflexão se impõe uma vez que a emergência do fascismo e do comunismo e a incerteza quanto à estabilidade das democracias já existentes põem à prova a idéia da inevitabilidade da democracia no Ocidente. Além disso, as novas experiências de democratização levadas a termo nos países de Terceiro Mundo no pós Segunda Guerra Mundial exigem que essa reflexão se estenda às possibilidades de instauração da democracia nestes países. No interior desta reflexão, o objetivo central desses autores é discutir o papel da cultura política no funcionamento dos regimes democráticos, tal como anunciado pelos próprios autores: “offer an analysis and description of the culture and of the role it plays in the maintenance of a democratic political system” (Almond; Verba, 1963, p. 29).

A hipótese é que a democracia requer uma cultura política condizente com ela, para que venha a tornar-se estável. Para testar essa hipótese, Almond e Verba se dispõem a estudar o papel dos valores e predisposições políticas de cinco nações – Estados Unidos, Itália, Inglaterra, Alemanha e México – e relacioná-los com o desempenho da democracia nestes países (Almond; Verba, 1963). Como resultado, os autores puderam notar que, nos países estudados, havia uma democracia mais estável onde existia uma cultura próxima de uma cultura cívica, entendida pelos autores como uma cultura pluralista baseada na comunicação e persuasão, que contempla, ao mesmo tempo, o consenso e a diversidade e que incorpora mudanças sem que essas sejam feitas de forma abrupta (Almond; Verba, 1963, p. 6). Esse é o caso da Inglaterra e dos Estados Unidos. Em contraste com estes dois países, a Alemanha, o México e, principalmente, a Itália – países com maior instabilidade democrática – apresentaram cidadãos menos envolvidos com a política e menos confiantes em relação a ela.

In comparison with Great Britain and the United States, Germany, Italy, and Mexico have relatively lower levels of social and interpersonal trust. [...] The absence of general social attitudes that penetrate the political realm inhibits the ability of citizens to cooperate with each other in their relations with the government. [...] Furthermore, their lack of ability to cooperate politically reflects a more general inability to enter political bargains, to collaborate, and to aggregate interests. The society divides up into closed and relatively hostile camps. [...] In these three nations, and especially in the first two, where the pattern of fragmentation coincides with partisan affiliation, the political culture seems to be unbalanced in the direction of political cleavage (Almond; Verba, 1963, p. 361).

Estes resultados levam os autores a comprovar a sua tese de que os valores e as orientações subjetivas das populações de cada nação são cruciais para o sucesso ou fracasso da democracia, como base de sustentação a este regime político e suas instituições, tal como concluem ao final de seu livro:

The civic culture appears to be particularly appropriate for a democratic political system. It is not the only form of democratic political culture, but it seems to be the one most congruent with a stable democratic system (Almond; Verba, 1963, p. 366).

Desse modo, embora os autores procurem enfatizar o papel da cultura política como variável fundamental nos destinos da democracia, não se propõem a limitar este destino a ela. Segundo eles, a cultura política por si só não explica o desempenho da democracia – há outros fatores em jogo. Tal afirmação se confirma quando, entre outros lugares, os autores falam que não há possibilidade de se prever o futuro dos países estudados somente pela análise da cultura política, tendo em vista que fatores como, por exemplo, os eventos internacionais podem afetar o desempenho e a estabilidade da democracia nestes países (Almond; Verba, 1963, p. 365). Nesse sentido, o destaque dado às variáveis relativas à cultura política neste estudo seria

um recurso utilizado para analisá-las em separado, sem inferi-las, ou das instituições sociais ou das condições sociais (Almond; Verba, 1963, p. 10), tal como ocorria nas teorias desenvolvidas anteriormente. No entanto, na prática, tal iniciativa levou a que estes autores e muito de seus seguidores acabassem se limitando a esse tipo de análise sem considerar suas interconexões com as pré-condições sociais, assim como suas relações com as instituições políticas.

## O papel do desenho institucional

Até o início dos anos 1970, a Ciência Política, acrescida das contribuições, mesmo que minoritárias, dos estudos de cultura política, foi profundamente influenciada pela teoria da modernização, a partir da qual a realidade política e suas transformações eram analisadas tendo como eixo central explicações calcadas no processo histórico de transformação das estruturas sociais (Limongi, 1997). Alterações na economia, na cultura e nas preferências da população, por exemplo, eram consideradas responsáveis pelas alterações no mundo da política. Era como se essas alterações tivessem um efeito direto na realidade política sem que as instituições políticas e os atores nelas inseridos exercessem papel significativo neste processo.

Tal influência levava a que a literatura tendesse a destacar que a ocorrência da democracia ou do autoritarismo estava diretamente relacionada à modernização de cada sociedade em que certos condicionantes sociais e históricos assumiam valor fundamental na análise política, independente da intervenção dos atores políticos e das suas escolhas institucionais. Nesta perspectiva, não havia muito espaço para se indagar sobre as possibilidades de um processo de democratização, principalmente no que diz respeito aos países subdesenvolvidos, onde não haveria um grau suficiente de modernização – tanto no que se refere a variáveis econômicas,

quanto sociais e culturais. Essa modernização existiria somente nos países desenvolvidos; somente nestes, portanto, a democracia encontraria terreno fértil.

A partir dos anos 1970, outras influências passaram a compor a agenda da Ciência Política, a partir de uma literatura que passa a debruçar-se sobre as transições do autoritarismo à democracia, sem que isso implicasse uma espécie de “destino” nos termos de Limongi (1997). Tais influências tornam comuns análises que levam em consideração a ação dos atores políticos como agentes capazes de, a partir das suas escolhas institucionais, interferir neste processo, permitindo que as instituições políticas ganhassem autonomia e poder explicativo na análise política, até mesmo justificando as transições dos regimes como “um objeto legítimo de análise” (Limongi, 1997, p. 13). Associada a essa tendência, ganha corpo uma nova abordagem dentro da Ciência Política conhecida como neoinstitucionalismo: institucionalismo, porque considera as variáveis institucionais como variáveis centrais da análise política; e neo, porque remete a uma idéia de recuperação destas variáveis “esquecidas” pela literatura anterior, a fim de se distinguir dela.

A obra de Robert Dahl, *Poliarquia*, escrita originalmente em 1971, e traduzida no Brasil em 1997, é seminal neste sentido: constitui uma obra de transição entre os paradigmas anteriores de explicação do desempenho da democracia e os novos paradigmas traçados nesta tradição que então se impõe. O objetivo do livro é expresso pelo próprio autor, já no seu início:

Dado um regime em que os opositores do governo não possam se organizar aberta e legalmente em partidos políticos para fazer-lhe oposição em eleições livres e idôneas, que condições favorecem ou impedem sua transformação num regime no qual isto seja possível? Este é o assunto do presente trabalho (Dahl, 1997, p. 25).

O regime a ser criado, ao qual Dahl se refere, é a democracia; nesta se tornam fundamen-

tais duas dimensões: a competição e a participação. São estas as duas dimensões que definem o grau de democratização de cada país. Desse modo, torna-se possível construir, segundo ele, uma escala de democracia onde poder-se-iam comparar diversos países no que diz respeito a estas dimensões. Nesta escala, os países efetivamente democráticos são chamados por ele de Poliarquias, por se tratarem, na sua visão, de meras aproximações dos ideais democráticos.

Nesta direção, Dahl coloca a questão sobre quais condições aumentam significativamente as possibilidades destas dimensões, consideradas essenciais para o desenvolvimento da democracia. O autor analisa algumas destas condições, das quais merecem destaque, aqui, aquelas que interessam, de perto, ao debate proposto, ou seja, à comparação da perspectiva institucionalista com a Teoria da Modernização e as teorias culturalistas.

De acordo com ele – e diferente de Moore – as chances da democracia dependem muito mais do grau de pluralismo existente numa determinada sociedade do que do seu processo histórico. “O processo de inauguração mais auspicioso para uma poliarquia é o que transforma formas e estruturas hegemônicas legítimas nas formas e estruturas adequadas à competição política” (Dahl, 1997, p. 62). Desse modo, Dahl rompe com a lógica férrea colocada pela Teoria da Modernização de que só os países que experimentassem o processo de modernização poderiam tornar-se democráticos. O que determinaria a democratização seria o pluralismo societal, em que os inúmeros poderes sociais pudessem desenvolver-se sem que um grupo tivesse acesso exclusivo ao poder. (Limongi, 1997, p. 19)

Para Dahl, “há uma associação indubitavelmente significativa entre nível socioeconômico e ‘desenvolvimento político’” (Dahl, 1997, p. 76), tal como afirmaram Lipset e tantos outros autores, considerando que um maior nível socioeconômico aumenta as possibilidades de

existência da competição política, que, por sua vez, determina a sorte da democracia. Entretanto, interpõe ele, é falso afirmar que “todos os regimes competitivos, ou mesmo poliarquias, só existam em países com alto nível de desenvolvimento socioeconômico” (Dahl, 1997, p. 79). Do mesmo modo, também é falso afirmar que “todos os países com alto nível de desenvolvimento socioeconômico têm poliarquias ou mesmo regimes competitivos” (Dahl, 1997, p. 80). Ou seja, mesmo que as economias desenvolvidas criem algumas condições para o desenvolvimento de uma ordem pluralista, não criam todas, abandonando, portanto, a idéia da inevitabilidade da democracia nos países desenvolvidos e do fracasso necessário nos países que não compartilham estas características.

Nesse ponto, apesar de avançar uma série de análises propostas pela Teoria da Modernização, Dahl não se desvencilha totalmente dela, incorporando algumas de suas considerações. Entretanto, dá um passo adiante ao incorporar, em sua análise, variáveis que remetem ao mundo institucional, sem tomá-las como mero resultado imediato das condições socioeconômicas.

Apesar de as instituições políticas terem sido interpretadas, cada vez mais amplamente, por cerca de uma geração, como um mero epifenômeno, este período de reducionismo em ciência política pode estar chegando ao fim (Dahl, 1997, p. 123-124).

São dois os tipos de arranjos institucionais destacados por ele como sendo importantes para a “eficácia” do governo nas poliarquias:

Um desses tem a ver com o relacionamento entre o Executivo e as forças políticas importantes do país, inclusive o relacionamento que tem sido freqüentemente a fonte de sérios problemas em regimes competitivos – entre o Executivo e o Legislativo. (...) A outra instituição significativa é o sistema partidário (Dahl, 1997, p. 124).

Portanto, em Dahl, a democracia como fruto da competição e da participação se estabelece a partir de um equilíbrio de forças – equilíbrio de atores políticos inseridos em uma relação

estratégica (Limongi, 1997, p. 19). Essas afirmações constituem a base para o desenvolvimento da tradição institucionalista e, ao mesmo tempo, a refutação de algumas das teses culturalistas. A manutenção da democracia não depende da adesão prévia de seus atores políticos a determinados valores (Limongi, 1997, p. 21). O autor afirma que a competição e a participação devem operar, levando-se em conta, além dos fatores já anteriormente descritos, as crenças das pessoas, principalmente daquelas mais envolvidas na vida política. Disto depende o funcionamento das próprias instituições da poliarquia, pois “quanto maior a crença na legitimidade das instituições da poliarquia de um país, maiores as chances da poliarquia” (Dahl, 1997, p. 131). Porém, isto não significa que a democracia dependa, para se desenvolver, de alguns valores como pré-requisitos, até porque estes valores estão em constante mudança – fato geralmente desconsiderado pelos estudos de cultura política, conforme afirma o autor.

Seguindo o legado deixado por *Poliarquia*, uma série de outros trabalhos se desenvolveu na direção do que temos chamado até aqui de tradição institucionalista ou neoinstitucionalista. Nesta direção, destaca-se o trabalho de Juan Linz. Com a emergência dos fenômenos totalitários no pós-guerra, Linz se debruçou sobre a tipologia dos sistemas políticos. Nesta tipologia o autor insere uma nova categoria: o autoritarismo, caracterizado por três principais traços apontados pelo autor: o pluralismo limitado, a ausência de uma ideologia elaborada e a fraca mobilização política. Uma vez construída esta definição, Linz inaugura um programa de pesquisa de estudos sobre os regimes autoritários, que se constitui a partir da série *The Breakdown of Democratic Regimes*, publicada inicialmente em 1978 junto com Alfred Stepan. Ao estudar a transição da democracia ao autoritarismo, utiliza categorias analíticas referidas estritamente ao mundo institucional. O interesse de Linz é realizar uma análise indutiva, observando os vários

casos de quebra da democracia, a fim de analisar, sob a perspectiva da política, quais padrões se repetem.

Given the tragic consequences of the breakdown of democracy in countries such as Germany, Spain and Chile, we believed it intellectually and politically worthwhile to direct systematic attention to the dynamics of the political process of breakdown. In particular, we felt it important to analyze the behavior of those committed to democracy, especially the behavior of the incumbent leaders, and to ask in what ways the actions or nonactions of the incumbents contributed to the breakdown under analysis (Linz; Stepan, 1987, p. vii).

Este tipo de análise rompe de uma vez com as explicações recorrentes à Teoria da Modernização, deixando de pensar os regimes políticos a partir do processo de desenvolvimento de cada sociedade, mas pensando-os a partir de seus determinantes estritamente políticos.

O autoritarismo não é algo imposto pelas estruturas sociais ou pelo processo de desenvolvimento. O autoritarismo é resultado das escolhas feitas pelos atores políticos que estão no poder – são eles que definem os destinos políticos de uma nação.

No seu modelo há três grupos de atores que se posicionam no campo da política, de acordo com o seu grau de aceitação da democracia: um grupo leal à democracia, entendida aqui como “regras do jogo”, um grupo semileal e, por último, um grupo não leal. É a competição entre estas forças dentro do sistema político que define o futuro do regime político.

Linz não consegue, porém, encontrar os “padrões esperados” (Limongi, 1998, p. 4) dentro desta disputa. Apesar disso, seu esforço, a partir desse trabalho e de uma série de outros onde busca mostrar que as características institucionais moldam, direta ou indiretamente, o processo político e, conseqüentemente a democracia, contribuiu para a criação de uma nova perspectiva do estudo dos fenômenos políticos.

## Em busca de uma teoria mais balanceada

Após esta revisão, resta-nos voltar à pergunta colocada no início deste artigo: o que melhor explica o que dá sustentação e mantém a democracia?

Vimos, até aqui, as três grandes tradições da Ciência Política que se incumbiram de tentar responder esta pergunta, cada qual a seu modo. Entretanto, tal como dito na introdução deste artigo, considera-se que nenhuma destas tradições responde satisfatoriamente a ela. Embora alguns autores – como se pôde notar nas páginas anteriores – tenham tentado integrar várias dimensões que afetam o desempenho da democracia, nenhum deles o fez, na prática, de modo a propor uma teoria mais balanceada deste modelo. Sempre houve a indicação de uma ou outra variável como central – pré-condições políticas ou cultura política ou ainda as instituições –, o que acabou limitando as análises apresentadas.

A dimensão institucional, fortemente enfatizada pela tradição predominante dentro da Ciência Política, é que, sem sombra de dúvidas, considera a democracia factível enquanto regime político por causa das instituições tradicionais da democracia. Neste sentido, a agenda da reflexão sobre a estabilidade da democracia inclui, obrigatoriamente, a análise dos elementos que se referem ao desenho institucional, que supõe uma estrutura política capaz de, por meio de normas expressas, processar o conflito e, ao mesmo tempo, a diversidade de interesses inerentes à complexidade das sociedades, bem como os efeitos políticos da luta dos atores pelo controle dos recursos políticos disponíveis. Tal perspectiva, de acordo com Dahl, baseia-se na idéia de que os componentes básicos da democracia – competição e participação – tornem-se possíveis entre atores políticos que, independentemente da diversidade de seus interesses ou ideologias, se comprometam mutuamente com as “regras do jogo” que regulam a competição

pelo poder. Desse modo, temas como forma de governo, relações executivo versus legislativo, leis eleitorais, número de partidos, coalizões partidárias, fragmentação partidária, entre outros, se impõem como temas fundamentais na análise das possibilidades de manutenção da democracia, uma vez que estas dimensões se referem à legitimidade do regime democrático e também tratam da capacidade desse regime de regular conflitos e de se manter, tendo força, apoio e meios para satisfazer as aspirações de participação e representação dos cidadãos.

Entretanto, existem condições socioeconômicas que, de fato, se não determinam a manutenção da democracia, pelo menos, influenciam, de alguma maneira, este processo. Isto já foi mostrado por alguns trabalhos empíricos de teóricos da modernização e da cultura política, em seus estudos de caso, e também foi comprovado em trabalhos mais recentes, inspirados nestas tradições. No trabalho de Przeworski e Limongi (1997), os autores provam empiricamente que, até certo ponto, há uma associação positiva entre índices socioeconômicos e democracia nos 123 países estudados por eles entre 1950 e 1990. A partir deste trabalho, não se pode dizer que o desenvolvimento econômico determina a democracia, mas é possível dizer que a democracia é muito mais frágil em países pobres do que em países mais ricos, onde há maior estabilidade. Assim, os valores e as práticas revelam-se tão importantes quanto a formação de instituições eficientes para a manutenção da democracia. Também em *Cultural shift in advanced industrial society*, escrito em 1990, Inglehart utilizou um índice composto pelas variáveis *confiança interpessoal*, *bem-estar subjetivo* e *percentual de apoio à mudança revolucionária* para explicar a estabilidade democrática em diversos países. O autor concluiu que as sociedades caracterizadas por níveis relativamente altos de apoio à mudança revolucionária tendem a apresentar regimes democráticos instáveis.

Mesmo que estas referências empíricas –

ainda outras poderiam ser citadas aqui – comprovem a importância de condições socioeconômicas e determinados valores na sustentação da democracia enquanto regime político, ainda permanece uma ampla discussão na literatura sobre a importância destas variáveis como pré-requisitos para a sustentação de um consenso normativo mínimo que assegure a continuidade do regime democrático.<sup>8</sup> Apesar desta discussão, quando passamos a nos referir a uma concepção de democracia que transcende as arenas institucionais formais da democracia já existente, e quando ela passa a ser analisada de uma forma mais substantiva, ou seja, no seu funcionamento após estar instalada, estas variáveis passam a assumir um papel ainda mais importante e deixam de ser motivo de discordâncias teóricas.

Como afirma O'Donnell (1998), não há como negar que, em algumas Poliarquias, existe democracia porque os direitos formais definidos pelo regime democrático estão assegurados. Entretanto, considerando que o pleno exercício desses direitos, em contextos de extrema pobreza e desigualdade social, acabam sendo limitados (chegando esta limitação, muitas vezes, a ultrapassar os limites do razoável), pode-se afirmar que a noção de democracia *tout court* passa a ser questionada. No contexto das imensas desigualdades que caracterizam, por exemplo, o cenário latino-americano, há que se reconhecer que condições de maior equidade socioeconômica não são pré-requisitos para a democracia, mas critérios para a sua definição – se a compreendemos como algo substantivo e, de certo modo, até normativo. Ademais, como argumenta Weffort (1992), o princípio de participação de todos os integrantes de uma comunidade política, tão caro para a democracia, implica a idéia tocquevilliana de “igualdade social”, que possibilita os indivíduos atuarem politicamente como atores relevantes nas decisões dos negó-

cios públicos. Diante disso, a equidade social torna-se uma exigência para que o próprio processo de democracia se consolide.

Para além da democracia combinada com algum grau de justiça e igualdade social, cumpre destacar que a formação de uma cultura política compatível com o consenso normativo mínimo revela-se tão importante quanto a formação de um sistema partidário eficiente, a institucionalização de mecanismos adequados de representação política ou a existência de meios de controle público da ação dos governos (Moisés, 1995, p. 84), no que diz respeito aos destinos da democracia uma vez instalada. Tal cultura contribui de modo decisivo para a legitimação do regime democrático, constituindo-se em elemento fundamental para a consolidação da democracia, uma vez que estes valores e práticas tornam possível, em certa medida, a própria sustentação das instituições da democracia e determinam em larga escala o seu funcionamento. Isto não implica dissociá-la destas instituições, mas, sim, reconhecer sua intrínseca relação com elas, na medida em que valores e atitudes se criam e, ao mesmo tempo, se reforçam na interação entre o comportamento e o funcionamento das instituições políticas. Em *Comunidade e Democracia – a experiência da Itália moderna*, escrito 1996 e já considerado um clássico na área de cultura política, Putnam mostra a diferença do desempenho das instituições públicas locais na Itália em relação à cultura de cada lugar. De acordo com as conclusões de sua pesquisa, estas instituições funcionavam de forma mais eficaz naqueles lugares onde havia vínculos mais horizontais entre as pessoas, distintamente do que ocorria nos locais onde prevaleciam vínculos “verticais”, do tipo patronais-clientelísticos, que operavam apenas através de relações de exploração e dependência. Como afirma o autor:

Eis uma lição a ser tirada de nossa pesquisa: o

<sup>8</sup> Alguns autores como Brian Barry e Carole Pateman, por exemplo, questionam, em relação à cultura política, se o regime democrático é gerado pela generalização de um conjunto de valores, normas e procedimentos democráticos ou se, ao contrário, não é o fato desse regime existir que os torna possíveis (BARRY, Brian. *Sociologists, economists and democracy*. London: Collier Macmillan, 1970, e PATEMAN, Carole. “Political culture, political structure and political change”. *British Journal of Political Science*, 1971).

contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições [...] A existência de instituições eficazes e responsáveis depende, no jargão do humanismo cívico, das virtudes e práticas republicanas. Tocqueville tinha razão: diante de uma sociedade civil vigorosa, o governo democrático se fortalece em vez de enfraquecer (Putnam, 1997, p. 191).

Fato é que a discussão sobre a insuficiência dos modelos apresentados, aqui, em cada uma das correntes que procuram explicar o que torna possível a manutenção da democracia enquanto regime político, combinada com a relevância de cada um dos elementos centrais tratados por elas, permite apontar na direção de uma perspectiva mais balanceada, no que diz respeito a uma visão de democracia tanto formal quanto substantiva. Qualquer uma destas perspectivas deve levar em conta o grau relativo de autonomia dos atores políticos no curso dos processos políticos, os condicionantes sociais e econômicos impostos a estas situações, assim como a adesão dos atores políticos – tanto as elites quanto as massas – a valores democráticos que dêem legitimidade à ação destes atores.

Instituições sociais, condições sociais e econômicas e valores e atitudes configuram, portanto, um complexo de relações que formam a base da implantação e manutenção da democracia, assim como de sua consolidação. Neste ponto, a explicação do desempenho da democracia, por mais complexo que seja, só será completo se forem levados em conta todos estes aspectos e suas interconexões.

## Referências Bibliográficas

- ALMOND, Gabriel. “Comparative Political Systems”. *Journal of Politics*, n.18, 1956.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *An Analytic Study: The Civic Culture – Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Boston: Little Brown and Company, 1963.
- BARRY, Brian. *Sociologists, economists and democracy*. London: C. Macmillan, 1970.
- DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.
- HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense-universitária; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.
- INGLEHART, R. *Cultural shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- INGLEHART, R. *Modernization and Post-Modernization: Cultural, Economical and Political Change in 43 Societies*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- KUSCHNIR, Karina; PIQUET, Leandro. “As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política.” *Estudos Históricos*, n. 24, 1999.
- LAMOUNIER, Bolivar. “Authoritarian Brazil revisited: The Impact of Elections on the Abertura”. In: STEPAN, Alfred (ed.). *Democratizing Brazil*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- LIMONGI, Fernando. “Prefácio” de DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.
- LIMONGI, Fernando. *Política comparada vista da periferia*. [S.l.], 1998. Mimeografado.
- LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. *The Breakdown of Democratic Regimes: Latin American*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1987.
- LIPSET, Seymour M. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

---

MOISÉS, José A. *Os brasileiros e a democracia: Bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

MOORE JR., Barrington. *Los orígenes sociales de la dictadura y de la democracia: El señor y el campesino en la formación del mundo moderno*. Barcelona: Península, 1973.

PATEMAN, Carole. “Political culture, political structure and political change”. *British Journal of Political Science*, 1971.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REIS, Elisa. “Os velhos e novos desafios da Sociologia Política”. In: SANTOS, José V. Tavares; GUGLIANO, A. A. (eds.) *A Sociologia para o século XXI*. Pelotas: Educat, 1999.

TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.

WEFFORT, Francisco. *Qual democracia?* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.